

A comunhão dos opostos: a ONU e suas interpretações sobre indústrias criativas

João Martins Ladeira¹

Resumo

O artigo interpreta visões sobre indústrias criativas, abordando-as como uma forma de reavaliar um tema caro à modernidade: cultura. Interpreta-se a reorganização desta noção discutindo embates prévios sobre seu significado. Afirmada como um universo intelectual e moral distinto da experiência cotidiana, cultura congregou uma dicotomia entre arte e comércio, vida material e não material. Reintegrar tais distinções surge como tarefa assumida pela noção de indústrias criativas, que apresenta a inovação de associar a obtenção de benefícios materiais e ganhos intelectuais, lidando, de forma nova, com cultura como oportunidade para aprimoramento da condição humana em ambos os sentidos. Investigam-se duas propostas sobre indústrias criativas: a visão mercantil introduzida pela Inglaterra e a proposta cara à ONU, que associa desenvolvimento sustentável e diversidade cultural.

Palavras-chave:

Indústrias Criativas, Políticas Culturais, Cultura, Globalização.

Abstract

The article analyzes visions about creative industries, interpreting them as possibilities to reevaluate a theme important to modernity: culture. It interprets the reorganization of that idea discussing the previous struggles about her significance. Defined as an intellectual and moral universe distinct from the quotidian experience, culture assembled a dichotomy between art and commerce, material and non-material life. To reintegrate that distinctions emerge as a task ascribed to the idea of creative industries, which presents the innovation of associating the achievement of material earnings and intellectual benefits, treating, in a new way, with culture as an opportunity to improve the human condition in both senses. Two visions about creative industries will be

¹ Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNISINOS.

investigated: the mercantile vision introduced in England at the 90s and the proposal important to UN, which joins sustainable development and cultural diversity.

Keywords:

Creative Industries, Cultural Policies, Culture, Globalization

1 Introdução

Este artigo analisa duas tentativas para construir entendimentos socialmente compartilhados sobre um tema recente, capaz de despertar intensa atenção em regiões das mais variadas: a ideia das indústrias criativas. Aqui, analisa-se a visão proposta pelo Estado inglês, de um lado, e pela ONU, de outro, dada a influência de ambos. Interpretam-se tais propostas como parte do trabalho de reavaliar uma noção essencial ao desenvolvimento da modernidade: o conceito de cultura (EAGLETON, 2000; WILLIAMS, 1958). Definida em seu entendimento moderno como a oportunidade para promover o aperfeiçoamento humano através de atividades que, na forma da arte ou da civilização, superavam as contingências materiais, um significado contemporâneo em construção aponta para um conteúdo no qual a discussão sobre indústrias criativas toma parte importante.

Compreender este duo de versões influentes entre as tentativas de ordenar tal concepção contemporânea sobre criatividade surge como foco deste artigo. Entender o significado de tais mudanças permite perceber como uma determinada visão surge, organiza-se e se altera. Tema complexo, a ideia de cultura se instituiu a partir da tentativa de afirmar um universo intelectual e moral distinto das relações cotidianas, dotado de um conteúdo ao qual se atribuíam valor ímpar. Trata-se de uma visão dicotômica, instituindo uma separação radical entre arte e comércio, cultura e civilização, vida material e não material (WILLIAMS, 1958, 1961). Reintegrar tais distinções implica em congregar a obtenção de benefícios materiais e ganhos intelectuais como possibilidades associadas e não desconectadas.

Trata-se de um esforço que a noção de indústria cultural nunca foi capaz de realizar. Seu conteúdo pareceu sempre indefensável. Ainda que se atentasse para o caráter ativo do receptor (FISKE, 1987; HALL, 2003a; MORLEY, 1992); que, ao se reavaliar as relações de poder ou a violência simbólica presente na institucionalização

das belas artes (BOURDIEU, 1982) se aderisse à valorização do aspecto mundano para a produção de cultura; que se apontasse a importância do uso político das expressões estéticas (BENJAMIN, 1936); a despeito de todas estas visões, a indústria cultural foi apresentada como carente de dimensão civilizatória, marcada como era pela instrumentalização da cultura segundo os pressupostos da racionalidade meios-fins (JAY, 1973). De fato, a indústria cultural operou como antônimo da cultura, ponto mais distante em relação às expectativas representadas por tal ideia.

Na tentativa de institucionalizar um projeto como o das indústrias criativas, percebe-se a busca por resignificar este caráter negativo, apropriando-se, para a produção economicamente orientada de bens culturais, da legitimidade contida no trabalho civilizacional específico à cultura, enquanto se atribuí a esta última noção também a obrigação de garantir benefícios materiais. Na tentativa de reavaliar ideias modernas, propondo outro relacionamento com os valores nelas contidos, cultura, restrita não mais à defesa de determinados cânones ou ao locus privilegiado da criatividade desinteressada, vê-se obrigada a se referir a desenvolvimento, sustentabilidade, e, contraditoriamente, também aos fluxos internacionais de bens e à propriedade intelectual. O exercício de conjugar sentidos tão opostos se transforma em tema a observar.

Este artigo pretende interpretar o significado de tal proposta, pondo-a em perspectiva frente à longa trajetória dos enfrentamentos travados em torno da noção de cultura, na expectativa de identificar as visões de mundo postas em debate a partir de jogos de força e mecanismos de luta. Longe de se apresentar como uma proposição disruptiva, a ideia de indústrias criativas surge como uma aposta dentro de experiências prévias, que ela herda e, ao mesmo tempo, altera. Não um processo conspiratório para a construção de novas ideologias ou a ação de alguma racionalidade funcional supraindividual, tais ensaios sobre a ressignificação da ideia de cultura representam o trabalho reflexivo de continuamente reavaliar tópicos importantes para a organização da vida social.

Percebe-se a extensão deste esforço coletivo observando a multiplicidade de envolvidos na discussão: Ministérios da Cultura de países centrais e semiperiféricos, agências internacionais (entre elas a ONU e a Unctad), organizações do sistema multilateral (como a OMC). Este conjunto distinto de personagens indica a diversidade

das visões em jogo. Este texto analisa, de um lado, o projeto sobre indústrias criativas introduzido na Inglaterra durante os anos 90, orientado por uma percepção intensamente mercantil, e, de outro, a perspectiva típica à ONU e suas agências. Mais complexa frente à visão inglesa, esta perspectiva internacional busca, em um exercício político difícil, associar desenvolvimento sustentável e diversidade cultural com ganhos econômicos. Previamente a tal análise, vão-se rever os significados atribuídos à ideia de cultura, na expectativa de compreender em que termos o projeto das indústrias criativas toma parte em tal experiência.

2 Cultura e civilização: a institucionalização de um projeto moderno

A ideia de cultura se afirmou como parte do processo de institucionalização das transformações caras à modernidade. Uma visão parece central: cultura se definiu a partir de sua diferenciação como uma esfera de temas contrapostos ao desenvolvimento material em progresso a partir dos sécs. XVIII e XIX, afirmando-se através da intensa valorização da dimensão intelectual e moral da vida social, em oposição a um modo de vida crescentemente racional e utilitário (WILLIAMS, 1958, p. 19–21). A proposta surge como parte da busca por defesas à expansão deste tipo de organização social, como fração de um esforço que se amplia em direções variadas (HOBSBAWM, 1962; THOMPSON, 1966). Tal reação ocorre no âmbito da consolidação do liberalismo econômico e do individualismo possessivo como modo de vida, contrapondo-se à expectativa de resumir as múltiplas dimensões da vida social ao cálculo formal (EAGLETON, 1983, p. 25–27).

Na tarefa de diferenciar a ideia de cultura, atribuindo-lhe um valor especial, as relações mercantis serão um alvo particularmente importante, apresentadas como artificiais por esfacelarem determinado tipo de vínculo. A relevância das relações que se busca defender residiria em seu caráter orgânico. Contrapostos à sociedade mecanizada artificialmente produzida, tais elos seriam impossíveis de recriar por meios não naturais. Em oposição à desagregação que decorreria da individualização, a opção se torna imaginar, ao se afirmar valores universais, alguma unidade possível de alcançar. Tais pressupostos funcionariam como balizas responsáveis por oferecer, aos homens, alternativas para julgar sua experiência e, ao se contrapor às relações materiais

corriqueiras, direcionar-se a uma condição de efetiva importância (WILLIAMS, 1958, p. 53–70).

Um dos desdobramentos da ideia reside em identificar tal organicidade da vida social na imagem de nação, supondo a possibilidade de alcançar este vínculo através da ação do Estado. A proposta de apresentar tal nação como responsável por coordenar esforços a fim de garantir os benefícios contidos na cultura se desdobra na tarefa de civilizar os indivíduos, educando-os (WILLIAMS, 1958, p. 127–144) e contribuindo, através de um esforço sistemático, com seu “autodesenvolvimento humano secular e progressivo” (WILLIAMS, 1983, p. 83). Deste modo, a capacidade de concentrar recursos administrativos transforma o Estado, imbuído da legitimidade outorgada pela imagem de um universal abstrato, em um agente importante para a administração da cultura.

Na expectativa de organizar a sociedade a partir de um modo de vida distinto das relações cotidianas e ordinárias, a ênfase na educação surge como um instrumento de defesa frente aos riscos despertados, para a condição humana, pelo embrutecimento contido no avanço da industrialização, cuja consequência seria a institucionalização de uma realidade moral e intelectualmente estéril. Como forma de minimizar tais perigos, imagina-se que a formação dos indivíduos deva ser capaz de ultrapassar a disseminação de habilidades técnicas, propondo-se o investimento em um tipo de formação de caráter mais amplo.

Porém, o acesso a uma realidade superior, distinta da vida material das sociedades modernas, se tornaria possível não apenas a partir do esforço de formação. Outra oportunidade residiria na arte, em especial na forma como radicaliza a aversão a fins utilitários. Aqui, tal oportunidade se concentra na imaginação humana, qualidade que, supõe-se, estaria se tornando escassa numa sociedade mecanizada. Assim, se poderia preservar tal capacidade apenas em regiões específicas da vida, dotadas de qualidades difíceis de encontrar em relacionamentos de outro tipo (WILLIAMS, 1961, p. 19–56).

Porém, a mercantilização das artes através de empreendimentos econômicos envolvidos na produção de cultura de modo programado e planejado torna a expectativa de desinteresse instituída pela estética em algo difícil de realizar. Decerto, alguns autores perceberão nas artes mecânicas uma possibilidade de rever as expectativas

inicialmente depositadas sobre a arte, revisitando a ideia de valor cultural a partir da crítica às percepções sobre aura e autenticidade (BENJAMIN, 1936). Todavia, a postura mais influente será uma crítica defensiva, centrada na impossibilidade de realizar a “promessa de felicidade” aí contida, enxergando na indústria cultural a afirmação do falso universal e da pseudo-individualidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1944). Solucionar tal dilema se tornaria, nestes termos, tarefa praticamente impossível de realizar.

3 Criatividade: uma revisão sobre a ideia de cultura?

Contemporaneamente, a experiência com o termo cultura conduz a outra direção. As razões para tal transformação residem em mudanças mais amplas na sociedade. Por um lado, alterações presentes no surgimento da questão multicultural e do pós-colonialismo apresentam temas importantes de considerar. Por outro, tornam-se intensamente relevantes as transformações institucionais observadas a partir da reformulação de organizações essenciais, entre elas o próprio Estado, que tão importante havia sido no trabalho de institucionalizar a visão moderna sobre cultura. Discutir ambas se torna central para compreender as definições em processo de produção para as indústrias criativas.

Se a legitimidade para o Estado civilizar seus cidadãos decorre da identificação desta organização como um lugar especial para reaver a organicidade social, em sociedades industriais tal tarefa se deu através de planos e projetos de administração. Não se trata de algo específico a cultura. A expansão do planejamento foi indispensável nas diversas instâncias em que, contemporaneamente, o Estado interviu (BELL, 1976; HABERMAS, 1973). Todavia, tal tipo de interferência parece difícil de manter frente às amplas mudanças que afetam a sociedade em diversos níveis (CASTELLS, 1996; HARVEY, 1989). Com base no aumento da complexidade, aponta-se para uma terceira via entre a expansão da intervenção política na vida social (como proposto pela visão socialdemocrata) ou a total retirada de cena de tais mecanismos políticos (como imposto pelo conservadorismo dos anos 80).

A necessidade de organizar novas formas de produzir tal contato surge como necessidade importante de considerar. Os debates sobre multiculturalismo e pós-colonialismo são chave para repensar tal tema. Compreende-se multiculturalismo como

uma possibilidade cogitada no âmbito de tal questão. Sua formulação surge como resposta ao ímpeto de homogeneização perceptível na expansão do neoliberalismo e da globalização (GARCÍA CANCLINI, 1996; ORTIZ, 1994). Tais manifestações culturais centradas na busca pela afirmação da diferença migram manifestações subalternas “das margens para o centro”, na perspectiva de lhes oferecer visibilidade (HALL, 2003b, p. 60–73). O contraponto mais relevante ao projeto moderno de cultura reside no surgimento das definições comunitaristas, cujos valores se definem de modo autorreferenciado, pautados por pressupostos caros ao seu próprio universo de significados.

Questionamentos igualmente relevantes aparecem na discussão sobre o pós-colonialismo. Central para o debate se torna a crítica às condições epistemológicas e psíquicas do conhecimento, acusadas de reproduzir visões de mundo centradas no ocidente, fechando-se às manifestações oriundas das periferias. Frente a tal crítica, propõe-se a produção de saberes particulares, imaginando a inexistência de unicidade no conhecimento. Trata-se de um projeto orientado a rejeitar narrativas dominantes ou qualquer teleologia temporal (PRAKASH, 1992). Uma visão deste tipo decorre da desestabilização instituída pelo surgimento de formas globais para produção de interpretações e de uma perspectiva não mais concentrada no centro (DIRLIK, 1997).

A questão pós-colonial recebeu diversas críticas (SHOHAT, 1992), mas, aqui, elas possuem menor importância. Efetivamente relevante se torna a proposta de reavaliar a ambição universal presente na ideia moderna de cultura. A questão pós-colonial e o multiculturalismo problematizam o projeto de formação civilizatória que imagina, ao pressupor uma só definição de cultura, também uma única direção à ideia de aprimoramento. Ao abandonar tal possibilidade, parece difícil crer na manutenção das instituições responsáveis pelo projeto, a menos que se reestruturem. Tais mudanças institucionais se tornam o ponto de discussão em pauta na definição construída por Estados e agências internacionais sobre as indústrias criativas.

Neste ponto, tanto a discussão multicultural e pós-colonial quanto o debate institucional sobre o Estado se associam. Ambos se referem a um problema político. O primeiro introduz a discussão sobre a necessidade de repensar um tipo de comunidade imaginada dotada de unidade e homogeneidade. O segundo diz respeito à necessidade de rever a forma de administração social adotada como parte dos sistemas

socialdemocratas de bem estar, tornando a outorga vertical de direitos através do Estado em uma opção insuficiente frente às demandas introduzidas pela complexidade contemporânea (HALL, 2003b, p. 76–87).

O modo característico a uma sociedade global para o gerenciamento da cultura faz surgir iniciativas orientadas em realocar a capacidade do Estado de operar este recurso, obrigando-o a repartir com outras organizações este trabalho. Desta forma, o Estado assume a tarefa de repensar sua posição em relação à cultura e, em um sentido mais amplo, de rever o próprio papel da cultura na sociedade. Ao renegociar sua responsabilidade de apoiar, em alguns momentos, ou mesmo de conduzir, em outros, a formação civilizatória e as artes desinteressadas, reclama à sociedade civil que realize aquilo que o próprio Estado parece ter dificuldades em, sozinho, empreender (YÚDICE, 2004).

Assim, torna-se legítimo exigir que os empreendedores atuando no mercado, os agentes políticos capazes de organizar a sociedade civil ou as agências internacionais voltadas a negociações multilaterais tomem parte nesta iniciativa. A ideia de indústrias criativas oferece uma possibilidade específica para lidar com tal tema. Para isso, apresenta como opção específica a expectativa de produzir benefícios coletivos materiais e imateriais, relevantes tanto em termos do aprimoramento humano quanto para a expansão das condições de vida, de modo condizente com o desenvolvimento material necessário para garantir algum nível civilizacional. As visões em discussão sobre tal proposta são apresentadas na seção seguinte.

4 Os usos do termo criatividade

Observar as formulações de determinado conceito implica em observar a alocação de seus usos. Neste exercício, acompanhar o significado atribuído a certa palavra representa uma oportunidade relevante. No discurso sobre criatividade, uma possibilidade reside em analisar a forma como se organizam as declarações dos agentes: neste caso, Estados e organizações internacionais responsáveis pela construção de políticas culturais.

Se o termo criatividade vem se tornando tema recorrente na discussão contemporânea sobre cultura (CUNNINGHAM, 2004), sua adoção em diferentes países decorre da difusão da proposição inicial formulada na Inglaterra durante os anos 90

(FLEW, 2011). Trata-se de uma visão economicista: frente à desindustrialização do país, indústrias criativas surgiriam como uma alternativa para retomar crescimento (DCMS, 1998), empreendimento no qual a Inglaterra teria vantagem dada sua experiência com mercados de cultura. Indústrias criativas seriam:

Aquelas atividades [com] origem na criatividade individual, habilidade e talento, [com] potencial para [gerar] riqueza e emprego por meio da [...] exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, design de moda, filme, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio (DCMS, 2001, p. 3).

Relevante na definição se torna a tentativa de reunir atividades distintas, englobando artes comerciais e não comerciais. Alguns autores criticariam tal formulação, identificando um conteúdo ideológico destinado a legitimar as transformações recentes na estrutura produtiva da sociedade. Ao substituir a noção de indústrias culturais, o termo deixaria de lado as tensões contidas em uma ideia bem formulada, justificando, a partir de uma definição não muito clara, a intensificação da apropriação da cultura (GARNHAM, 2005). Tal crítica soa limitada. Por outro viés, percebe-se, na proposta, a tentativa de lidar de outra forma com a tensão presente na dicotomia entre arte e comércio. Sua contribuição reside em buscar soluções para tratar a discussão sobre mídia e cultura através das mesmas ferramentas políticas, na expectativa de integrar a abordagem sobre meios de comunicação, de um lado, e a administração do patrimônio histórico ou o incentivo às artes, de outro (HESMONDHALGH, 2005).

Uma segunda definição relevante no trabalho de institucionalizar a ideia de indústrias criativas é aquela oferecida pela ONU através dos esforços de Unesco e Unctad. Ao invés de se referir às indústrias criativas em termos unicamente econômicos, tal formação associa temas possíveis de soar contraditórios frente às exigências modernas que caracterizaram a cultura. A visão proposta pela Unesco insere a noção em um projeto próprio sobre desenvolvimento², revisitando-o como forma de construir uma

² Tal projeto retoma temas já trabalhados pela ONU. A proposta revisita temas explorados no Relatório MacBride (UNESCO, 1980) e na proposta de uma “Nova Ordem Global de Informação” (UNESCO, [S.d.]), indicando desenvolvimento e diversidade como alternativa para aprimorar comunicação e cultura em cada país, tema importante de promover como instrumento para ganho coletivo (CARLSSON, 2003).

contraproposta aos riscos percebidos no fenômeno da globalização. Aqui, o objetivo reside não em propor alguma defesa reativa à expansão global contemporânea, supondo a possibilidade de interrompê-la. Relevante se torna oferecer uma agenda positiva de benefícios possíveis de obter, desde que se redirecionem algumas conexões internacionais (STOCZKOWSKI, 2009).

O projeto sobre desenvolvimento típico à Unesco revê pressupostos fundamentais sobre a separação entre ganho material e benefícios imateriais. Desde sua fundação, a organização adotou concepções fortemente orientadas à tarefa de investir no aprimoramento civilizatório através da difusão dos valores contidos na produção intelectual humana. Na sua agenda particular, a cultura serviria a um propósito específico: combater o desconhecimento mútuo entre os povos, incentivando a paz mundial. Porém, a ideia de uma cultura concentrada em valores universais, alternativa à barbárie, não resistiria sem revisões às transformações políticas às quais a Unesco precisou se ater. Afinal, o surgimento do multiculturalismo e do pós-colonialismo, anteriormente discutidos, permitiriam acusações de etnocentrismo difíceis de se esquivar (NIELSEN, 2011; PAVONE, 2007).

Adotar a tarefa de redimensionar a globalização permite à Unesco considerar a construção do aprimoramento, antes ambicionado alhures, como possível de obter ao se atuar no interior da realidade, desde que se ofereça a ela uma direção condizente com a expectativa de produzir convivência harmoniosa entre diferenças. Diz-se: “Visto que o processo de globalização (...) oferece condições sem precedentes para ampliar a interação entre culturas, representa também um risco para a diversidade cultural” (UNESCO, 2005, p. 2). Trata-se de uma afirmação possível de interpretar de forma unicamente defensiva. Todavia, observar a formulação com maior atenção revela outras facetas. Aqui, vê-se como a associação entre cultura e desenvolvimento como possível de oferecer retornos proveitosos mesmo quando se age no mercado. A proposta reside em enxergar não apenas na formação humanística a possibilidade de realizar tarefas civilizatórias. Surpreendentemente, a mais inculta das instituições surge como capaz de empreender um trabalho proposto, no passado, como uma defesa à expansão do próprio mercado.

[É necessário] [...] integrar a cultura em [...] políticas de desenvolvimento [...] visando [criar] condições [que] conduz[am] a desenvolvimento sustentável e

[...] incentiv[em] [...] a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais (UNESCO, 2005, p. 8). [Deve-se] [...] apoiar a cooperação para o desenvolvimento sustentável e a redução de pobreza [...] incentiva[ndo] (...) um setor cultural dinâmico[,] [...] fortalecendo as indústrias culturais em países em desenvolvimento[,] facilitando o amplo acesso a mercados globais e redes de distribuição internacionais (2005, p. 4).

A última frase merece especial atenção. Não somente um risco, veem-se as indústrias culturais globais como uma oportunidade para obter um resultado que ultrapassa a troca econômica. Decerto, retoma-se a crítica às desigualdades produzidas pela atividade mercantil. Contudo, propõe-se, pela ênfase na sustentabilidade e – mais importante – na criatividade, a chance de outras formas de desenvolvimento. As ideias contidas na formulação britânica não se mostram, enfim, impossíveis de utilizar, desde que revistas em seu caráter unidimensional.

Por sua vez, a discussão no âmbito de Unctad busca conectar as diversas questões previamente apresentadas. À defesa da diversidade e da sustentabilidade, tópico essencial ao debate anterior, conecta-se a atenção da organização sobre relações desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Sua contribuição reside na tentativa de operacionalizar a redução da desigualdade através de uma leitura própria sobre o papel do comércio internacional e da propriedade intelectual (UNCTAD, 2008). Diz-se: se no âmbito de uma globalização sustentável toda nação tem a possibilidade de atenuar suas desigualdades, tais chances se ampliam ao se concentrar na criatividade; afinal, a despeito de seu nível presente de desenvolvimento, cada país possuiria algum tipo de capital intelectual.

Propõe-se, a partir daí, que ordenar a criatividade, permitindo sua negociação, possa ser um trabalho realizado de modo mais eficiente através da compreensão sobre as normas de propriedade intelectual.

Indústrias criativas se referem direta ou indiretamente à exploração comercial de bens e serviços baseados em propriedade intelectual (UNCTAD, 2008, p. 143). [...] Também incluem [...] todas aquelas indústrias que contribuem indiretamente para a produção, venda, execução, distribuição de trabalho protegido (2008, p. 144).

Todavia, se as indústrias criativas são apresentadas como um regime de negociação de propriedade intelectual capaz de extrair as oportunidades contidas em uma sociedade global, tais normas de comércio não possuem valor absoluto relevante por si, como se poderia pensar quando as considera unicamente o ponto de vista econômico. Elas são, por fim, apenas um meio para um fim efetivamente relevante: desenvolvimento a partir do mercado, mas não de qualquer mercado. De fato, frente às necessidades pontuais de alguns países, parece lícito buscar soluções diversas, tornando razoável, por exemplo, o incentivo a alternativas ao sistema de copyright.

Países em desenvolvimento precisam ter acesso aos produtos das indústrias criativas na medida em que buscam trazer educação para todos, facilitar pesquisa, ampliar competitividade, proteger suas expressões culturais e reduzir pobreza. [...]. Certos atos normalmente restritos por copyright podem [...] ser empreendidos sem a autorização do proprietário do copyright, pelo benefício da sociedade (UNCTAD, 2008, p. 147). Reconhecendo que não existe solução única, algumas alternativas devem ser consideradas, por exemplo, desenvolver e usar bens protegidos e outros trabalhos intelectuais que recaiam sobre categorias de “alguns direitos reservados” e “código livre/aberto”, entre os extremos de “domínio público” e “todos os direitos reservados” (2008, p. 156)

Tais propostas afirmam, ao invés de negar, a importância do copyright, das normas de governança e, por fim, dos mercados, instrumento econômico, mas, exatamente por isso, uma oportunidade para operacionalizar os benefícios civilizatórios contidos na cultura. Numa relação outrora impensável, tenta-se, na ideia de indústria criativa, produzir uma categoria destinada a reunir arte e comércio e, dentro do campo da criação estética, artes industriais e não industriais, conectando-as ao invés de separá-las.

5 Conclusão

A seu modo, a interpretação inglesa ou da Unesco e Unctad revisam o significado de cultura. Trata-se de esforços empreendidos por países e organizações internacionais no âmbito do trabalho de definir indústrias criativas. A tentativa de resignificar algumas das contradições essenciais à ideia de cultura se torna um processo

importante de observar. Reaproximando dicotomias com extenso histórico, possíveis de perceber na convergência entre desenvolvimento intelectual e ganho concreto, busca-se um significado capaz de, através de uma espinhosa discussão sobre propriedade intelectual e fluxos mercantis globais, reassociar a dimensão material e não material da vida social.

Nesta definição, o tema de principal importância se torna a atenção às propostas de desenvolvimento e sustentabilidade, no esforço de construir relações pautadas pela redução de assimetrias entre os países envolvidos. Trata-se de uma releitura que se aproxima e, ao mesmo tempo, distancia-se da missão imposta à cultura, relendo ideias caras à formulação de tal conceito na modernidade.

Em todas estas iniciativas, todavia, uma mesma questão se mostra presente. Frente à tentativa de reintegrar significados anteriormente separados, qual a definição de cultura se encontra em processo de construção? Neste esforço capaz de deixar de lado formulações com intensa repercussão em nosso imaginário, que definições lhe tomarão o lugar? Trata-se de questão cara à sociedade contemporânea, em um embate sem resultado claro, e, exatamente por isso, importante de observar.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1944.
- BELL, Daniel. **The Coming of Post-Industrial Society**: A Venture in Social Forecasting. New York: Basic Books, 1976.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 1936. p. 221–256.
- BOURDIEU, Pierre. **Distinção**: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 1982.
- CARLSSON, Ulla. The Rise and Fall of NWICO: From a Vision of International Regulation to a Reality of Multilevel Governance. **Nordicom Review**, Gotemburgo, v. 24, n. 2, p. 31–68, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. 2. ed. Malden: Wiley-Blackwell, 1996.
- CUNNINGHAM, Stuart. The Creative Industries after Cultural Policy: A Genealogy and Some Possible Preferred Futures. **International Journal of Cultural Studies**, Thousand Oaks, v. 7, n. 1, p. 105–115, 2004.

- DCMS. **Creative industries mapping document**. London: Department for Culture, Media and Sport, 1998. Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.culture.gov.uk/reference_library/publications/4740.aspx>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- DCMS. Foreword. **Creative industries mapping document**. London: Department for Culture, Media and Sport, 2001. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/183544/2001part1-foreword2001.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- DIRLIK, Arif. A Aura Pós-Colonial: a Crítica Terceiro-Mundista na Era do Capitalismo Global. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 49, p. 7–32, 1997.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2000.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: Uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- FISKE, John. **Television Culture**. London: Methuen, 1987.
- FLEW, Terry. **The Creative Industries: Culture and Policy**. New York: Sage, 2011.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- GARNHAM, Nicholas. From cultural to creative industries. **International Journal of Cultural Policy**, Thousand Oaks, v. 11, n. 1, p. 15–29, 2005.
- HABERMAS, Jurgen. **Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1973.
- HALL, Stuart. Codificação/decodificação. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003a. p. 387–406.
- HALL, Stuart. Questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003b. p. 51–100.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989.
- HESMONDHALGH, David. Media and cultural policy as public policy. **International Journal of Cultural Policy**, Thousand Oaks, v. 11, n. 1, p. 95–109, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.
- JAY, Martin. **The dialectical imagination: a history of the Frankfurt school and the Institute of Social Research, 1923-1950**. London: Heinemann, 1973.
- MORLEY, David. **Television, Audiences and Cultural Studies**. London: Routledge, 1992.
- NIELSEN, Bjarke. UNESCO and the “right” kind of culture: Bureaucratic production and articulation. **Critique of Anthropology**, Thousand Oaks, v. 31, n. 4, p. 273–292, 2011.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- PAVONE, Vincenzo. From intergovernmental to global: UNESCO's response to globalization. **Review of International Organization**, Berlin, v. 2, p. 77–95, 2007.
- PRAKASH, Gyan. Postcolonial Criticism and Indian Historiography. **Social Text**, Durham, v. 31/32, p. 8–19, 1992.
- SHOHAT, Ella. Notes on the “Post-Colonial”. **Social Text**, Durham, v. 31/32, p. 99–113, 1992.
- STOCZKOWSKI, Wiktor. UNESCO's doctrine of human diversity: A secular soteriology? **Anthropolgy Today**, Hoboken, v. 25, n. 3, p. 7–11, 2009. Acesso em: 30 jan. 2013.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.
- UNCTAD. **Creative economy report 2008**: The challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2008.
- UNESCO. **A Documentary History of a New World Information and Communication Order Seen as an Evolving and Continuous Process, 1975-1986**. Paris: UNESCO, [S.d.].
- UNESCO. **Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions**. Paris: UNESCO, 2005.
- UNESCO. **Um Mundo e Muitas Vozes**: Comunicação e Informação na nossa Época. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 1983.
- WILLIAMS, Raymond. **The Long Revolution**. London: Penguin Books, 1961.
- YÚDICE, George. **A Conveniência da cultura**: Usos da cultura na era global. Belo: Ed. UFMG, 2004.